



Universidade de São Paulo

Avaliação Institucional USP
2010 - 2014

Unidade: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto
(FDRP)



Avaliação Institucional USP

2010 - 2014

Unidade: FDRP

PARECER

Parecer

Parecer sobre a avaliação da Unidade

R: A Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo iniciou suas atividades em 2008, tendo formado apenas três turmas até a presente data. Apesar desse pouco tempo, é de se notar que o Curso de Mestrado em Direito já foi constituído há dois anos, ou seja, assim que foi formada a primeira turma.

Esta Comissão considerou adequadas as instalações físicas (auditório, anfiteatro, salas de aula, refeitório, biblioteca) e de informática da instituição, as quais satisfazem plenamente as necessidades dos alunos e possibilitam inclusive futuras ampliações, quando se fizerem elas necessárias.

Nesse sentido, o grande destaque apontado foi a pesquisa que tem sido desenvolvida, a partir da Comissão especificamente formada para tal fim, com excelentes resultados. Dos duzentos alunos matriculados nos dois anos finais do Curso, há cinquenta com bolsas de pesquisa de órgãos oficiais de fomento (CNPq, CAPES e FAPESP). Habitualmente, entre quarenta e cinquenta alunos participam do Seminário de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo a cada ano. Além disso, existem vinte grupos de pesquisa efetivos em andamento e registrados no CNPq, o que configura um número deveras expressivo.

Um dos problemas apontados nesse setor é a dificuldade de difusão da pesquisa por não haver nenhuma publicação ou periódico consolidado no âmbito da Faculdade, o que deve ser perseguido pela Faculdade, no entender desta Comissão.

Além da regularidade do veículo de publicação, seria de bom alvitre incentivar a pesquisa por meio de iniciativas como prêmios, bolsas de estudo, viagens a congressos e assim por diante, para que alunos e professores de graduação e pós-graduação vissem sua maior dedicação estimulada e reconhecida.

Outro ponto de destaque diz respeito à internacionalização, a qual inclui uma série convênios com universidades e centros de pesquisa estrangeiros, professores da instituição em estágios e programas de cooperação no exterior, professores visitantes e conferencistas estrangeiros na Faculdade de Ribeirão Preto, todas atividades de caráter duradouro e com inserção em grupos de pesquisa internacionais.

Ressalte-se também, como destaque dentro da estrutura física, a existência de gabinetes privativos para os professores, individualmente ou em duplas, o que é extremamente raro nas faculdades de direito brasileiras e possibilita uma maior permanência na instituição e melhor aproveitamento do tempo profissional dos docentes. Por outro lado, os alunos desejam que haja locais para convivência, lazer e atividades extracurriculares, tais como a própria Empresa Junior.

Em um universo de trinta e nove docentes, é também digno de nota o fato de a totalidade do corpo docente ser formada de doutores, 70 % estarem no regime de dedicação integral à docência e à pesquisa e 60 % vinculados ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu, com aulas, pesquisas e orientação, sem prejuízo de suas atividades na Graduação.

Tanto docentes como discentes, todavia, criticam o pequeno número de professores na unidade, o que dificulta sobremaneira as indispensáveis substituições, como ocorre nos casos de licenças maternidade, paternidade, sabática, além de aposentadorias, cessões a outros órgãos públicos na universidade e fora dela além de simples doenças. Isso forçosamente impede a criação do turno noturno e outras atividades expansionistas que poderiam ser concretizadas. Resta óbvia a necessidade de ampliação do corpo docente.

A estrutura curricular parece adequada, contemplando atividades de cultura e extensão, as quais concretizam a interdisciplinaridade, podendo inclusive substituir disciplinas optativas. A destacar é a existência do turno integral, vez que, nos dois primeiros anos do Curso, as aulas compreendem os turnos matutino e vespertino, em um total de oito horas-aula por dia. A partir daí, nos terceiro, quarto e quinto anos, as atividades escolares concentram-se em um só turno, mas com a obrigatoriedade de estágio curricular durante um ano, dentro do triênio e fora do turno de aulas.

Nesse ponto, tanto alunos como professores elogiam o turno integral, um dos responsáveis pela excelência dos resultados, porém criticam sua falta de flexibilidade e excessiva concentração em aulas



Avaliação Institucional USP

2010 - 2014

Unidade: FDRP

expositivas, o que reduz a disponibilidade para atividades de cultura e extensão e até para o estudo e a pesquisa fora da sala de aula. A sugestão é que se desenvolvam atividades mais variadas, tais como a oferta de disciplinas optativas e trabalhos de pesquisa em equipe.

Quanto aos conteúdos essenciais da estrutura exigidos, os alunos se queixam da falta de uns e do excesso de outros. No primeiro grupo, antropologia, psicologia, história e ciência política; no segundo, matemática para advogados, micro e macroeconomia e contabilidade, o que reduz o caráter crítico e humanista prometido pelo projeto didático-pedagógico.

A Comissão pôde verificar, porém, que a comunidade acadêmica em geral reconhece a inadequação do projeto didático-pedagógico, o qual foi concebido para a autorização do Curso e agora necessita de aprimoramento e modificação. Por este motivo, está em andamento a elaboração de um novo projeto. Pareceu bom sinal à Comissão que um curso tão recente já tenha essa preocupação.

Os alunos também apontaram como fator negativo o fato de alguns professores não disponibilizarem o plano de curso ao início do semestre letivo, bem como não cumprirem com rigor o programa da disciplina tal como previsto no projeto da Faculdade, o que deveria ser obrigatório. Criticaram também a falta de integração entre os professores e as muitas leituras por eles exigidas, muitas vezes desconexas e sem aproveitar devidamente o tempo de estudo e pesquisa: em outras palavras, faltam certos conteúdos e outros se sobrepõem. A Comissão certamente concorda com esses aportes.

Uma crítica generalizada refere-se à estrutura excessivamente burocrática da Universidade de São Paulo, o que prejudica o andamento de processos, a implementação de novas diretrizes, a autonomia financeira e orçamentária, em suma, a constituição de quaisquer novas políticas.

Com relação à biblioteca, a maior reclamação dirige-se à falta de um programa substancial, com fluxo permanente de recursos, para aquisição de acervo impresso ou digital, o que tem dependido de iniciativas individuais dos docentes da unidade e dificultado a eficiência na aplicação de recursos. Também como problema administrativo, a falta de funcionários retarda a classificação e a consequente utilização do acervo pela comunidade acadêmica.

Não existe oferta para o estágio curricular obrigatório na Unidade, com oferta de práticas reais e simuladas, mas sim alguns convênios com escritórios de advocacia e órgãos públicos. Os alunos devem estagiar nessas unidades conveniadas e elaborar relatórios sobre suas atividades. A Faculdade não possui um Núcleo de Prática Jurídica propriamente, mas apenas desenvolve atividades de extensão por meio do NAJURP (Núcleo de Assessoria Jurídica Popular) e da Empresa Junior. A razão apontada para essa falha, fora o pequeno número de professores já mencionado, é que o regime de dedicação integral à docência e à pesquisa não permite que o professor exerça atividades forenses, ainda que a serviço da Universidade. A contratação de advogados para esse fim tampouco foi autorizada pela Universidade de São Paulo.

A solução poderia ser a instituição de um Núcleo de Prática Jurídica no espaço físico da própria Faculdade, no qual seriam realizadas atividades simuladas e reais para uma formação profissional adequada do discente, o que é endossado por esta Comissão.

Conclui-se, no cômputo geral, que a avaliação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, é extremamente positiva e que a instituição está no caminho certo. A Comissão procurou também apontar alguns problemas que foram detectados, muitos dos quais percebidos pela própria comunidade acadêmica.

Além disso, entendeu ser sua função fazer algumas sugestões que, a juízo da própria Faculdade, possam cooperar para o contínuo aperfeiçoamento de suas iniciativas e programas.